

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	31
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	40
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	43
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	44
10.8 - Plano de Negócios	45
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Com a elaboração do Plano Diretor da Celesc e seu desdobramentos no planejamento estratégico e no plano regulatório, em janeiro de 2012, foi identificada a necessidade de acompanhar em detalhes as iniciativas propostas, bem como monitorar seus resultados econômico-financeiros. Isso se deu por meio da implantação, em 2013, da Gestão Estratégica de Riscos e do desenvolvimento de Controles Internos.

Assim, foi iniciada em 2013 a implantação do processo de gestão de riscos com foco em análise de julgamento e percepção de maneira mais qualitativa que permitisse monitorar potenciais riscos do negócio e mitigar seus impactos, além disso, foi iniciado o tratamento de ações corretivas da carta da auditoria externa, denominados planos de ação, considerados como atividades de controles internos.

Neste momento não existe análise quantitativa dos riscos eleitos como importantes para a Celesc. No entanto, a Empresa vem avançando nesta direção. Este processo de alteração de metodologia foi iniciado em agosto/2014, com a revisão da Árvore de Riscos e neste momento está atualizando o Mapa de Riscos que a dará a ordem de prioridade de desenvolvimento destes riscos por critérios mais alinhados à aspectos quantitativos, de acordo com as a percepção dos Diretores, área de gestão de riscos e Conselheiros.

Dentro de Controles Internos, a Empresa esta iniciando processo de contratação de empresa especializada para auxílio na adequação da metodologia de controles internos aos moldes aproximados das exigências da Lei Sarbanes Oxley, americana, apesar de não estar submetida à regra, com o objetivo de dar maior segurança às informações disponibilizadas ao mercado e, ao mesmo tempo, melhorar seus processos, além de antecipar as correções, minimizando as recomendações da auditoria externa.

Segue abaixo a descrição qualitativa dos riscos:

Riscos relacionados à variação cambial

A Celesc e suas subsidiárias não possuem empréstimos ou financiamentos em moedas estrangeiras. Porém, a Companhia está exposta ao risco de variações na taxa de câmbio decorrentes das operações na Celesc Distribuição S.A., onde parcela significativa da energia comprada para revenda é oriunda de Itaipu e, portanto, cotada parcialmente em dólar. A depreciação do Real com relação ao Dólar aumenta o custo de compra de eletricidade de Itaipu, uma das principais fornecedoras da distribuidora.

Apesar da relevância dos valores envolvidos, os riscos têm caráter exclusivamente financeiro (impacto momentâneo no caixa) não implicando em impacto econômico. Essa característica deve-se à regulação do Setor Elétrico que assegura o repasse automático de custos de compra de energia comprada para revenda, considerados na denominada PARCELA A da tarifa de energia cobrada dos consumidores

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras do Grupo. O Grupo não possui neste momento, contratos de derivativos para fazer frente a este risco. Considerando o endividamento líquido da Empresa, a administração considera que as flutuações de taxas de juros não comprometem o caixa das Empresas de maneira relevante.

O quadro demonstrativo apresentado a seguir é parte da análise de sensibilidade adicional requerida nos termos da Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, e descreve os riscos associados à variação da taxa de juros, com cenário mais provável (cenário I) e, adicionalmente, dois outros cenários, a fim de apresentar 25% e 50% de elevação na variável de risco considerada (representada pelo CDI), respectivamente (cenários II e III). A análise apresentada considera constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2013:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário Provável		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI ¹ (%)			10,64	13,30	15,96
	Aplicações Financeiras	615.489	65.488	81.860	98.232
	Contas a Receber Não Circulante	7.170	763	954	1.144
	Debêntures (-)	(303.033)	(32.243)	(40.303)	(48.364)

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT K14 – (fechamento 20/02/2014)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais do Grupo e agregada pelo Departamento de Controladoria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O caixa disponível gerado na operação, líquido das obrigações, é administrado pela Tesouraria em operações com remuneração de mercado e vencimentos apropriados ou liquidez correspondentes às necessidades futura projetadas. Entretanto, o atual momento do Setor, com variações expressivas nos preços de mercado da Energia de Curto Prazo, poderão gerar descompasso de liquidez momentânea, que são administrados através de recursos do próprio Setor ou captações de curto-prazo.

A tabela abaixo compõe a Nota Explicativa 4.4 e apresenta os passivos financeiros do Grupo Celesc, por faixa de vencimento, registrados em 31 de dezembro de 2013 e referem-se aos fluxos de caixa contratados não descontados:

Valores em R\$ mil			Consolidado
Descrição	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013			
Empréstimos – Saldo Balanço	199.686	150.905	28.048
Empréstimos – Não descontados	210.041	194.305	46.501
Debêntures - Saldo Balanço	4.631	198.691	99.711
Debêntures - Não descontado	4.871	255.834	165.312
Fornecedores	557.854	-	-

Uma análise detalhada sobre as condições e os indicadores de liquidez do Grupo Celesc está apresentada no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Riscos ligados à restrição a crédito e aumento no custo de captação

A Celesc, enquanto Empresa de economia mista (controle estatal), encontra impedimentos legais de obtenção de crédito junto aos bancos oficiais, em especial o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio Econômico. Este fator decorre das limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ao Setor Público Estadual. A Resolução BACEN nº 2.827 de 30/03/2001 consolidou e redefiniu as regras para o Contingenciamento de Crédito ao Setor Público para captação de recursos junto ao BNDES, o qual veda a contratação de operações de crédito que tenham como beneficiários diretos ou indiretos os Estados controladores do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e entidades integrantes das suas administrações direta, indireta e fundacional.

Desta forma, a operação das Empresas do Grupo se dá, predominantemente com recursos próprios e operações de curto e longo prazo no mercado financeiros, cuja disponibilidade de obtenção não tem sido motivo de risco, dada a característica de geração de caixa consistente, característica deste Setor e, do baixo endividamento das Empresas do grupo Celesc – o que oferece baixo risco de crédito por parte dos agentes financeiros brasileiros, facilitando a obtenção de recursos, quando necessário. Entretanto, acesso ao capital é um risco que consta na árvore de risco da Empresa, mas ainda não foi desenvolvido.

Perdas possíveis, não provisionadas

Não havendo provisão constituída devido à fase processual em que se encontram os processos, a Celesc e suas subsidiárias integrais respondem judicialmente perante as esferas cíveis, trabalhistas, ambientais e tributárias, nas quais há risco de perda classificado como possíveis pela Administração através de sua área Jurídica com respaldo na Normativa Interna de Provisionamento Contábil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias.

Em 2012, com a construção do Plano Diretor e seu desdobramento no Planejamento Estratégico e Plano Regulatório, foi identificada a necessidade de se acompanhar, em detalhes, as iniciativas propostas e monitorar os seus resultados. Assim, essa necessidade foi edificada por meio do processo de Gestão Estratégica de Riscos, que teve sua implementação iniciada em janeiro/2013, visando à identificação, monitoramento e mitigação dos riscos da Companhia e do processo de Controles Internos, que tem o objetivo de garantir a eficácia e maximizar a eficiência dos processos.

Em abril de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, aplicável à CELESC e suas subsidiárias integrais. A referida política, ao estabelecer os princípios e as diretrizes que devem ser observados pela alta administração, gerências e demais empregados na condução dos negócios da Companhia irá melhorar todos os aspectos relacionados à gestão de riscos.

a) Riscos para os quais se busca proteção

O gerenciamento de riscos na Companhia segue as diretrizes estabelecidas em seu Estatuto Social e Regimentos Internos, que determinam a existência e competência das auditorias interna e externa, as atribuições dos administradores, as responsabilidades dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, a adesão ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&F BOVESPA. Porém, a Celesc não busca proteção para riscos de mercado.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não possui estratégia de proteção patrimonial (hedge) pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Como a Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc., portanto, não há parâmetros para descrever.

e) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois não realiza operações cambiais.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Celesc possui uma estrutura organizacional implementada conforme descrito abaixo:

O Conselho de Administração como órgão máximo na estrutura organizacional da companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica a aprovação de apetite ao risco e também acompanhar e avaliar os riscos da empresa.

Como órgão de Assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de gestão de riscos, há o Comitê Jurídico e de Auditoria, cujas responsabilidades principais são: avaliar a eficácia dos mecanismos do processo de gestão estratégica de riscos e relatar ao Conselho de Administração os resultados do acompanhamento dos riscos.

Em julho/2013 foi criado o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. Este comitê tem como atribuição principal o acompanhamento mensal do processo de gestão de riscos e controles internos e o reporte trimestral para o Conselho de Administração, através do Comitê Jurídico e de Auditoria.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, é a Diretoria Executiva que tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e desenvolvimento de planos de ação que a empresa está exposta, além de disseminação da cultura.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Celesc conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno que tem em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

Esta Diretoria é composta de dois departamentos, sendo um deles o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno - DPGR, que tem como responsabilidade coordenar e promover, de forma integrada, o monitoramento e a articulação da gestão de riscos, desenvolvida nas áreas corporativas e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional. Neste Departamento, há uma Divisão, denominada Divisão de Gestão de Riscos, com suas atividades exclusivamente direcionadas para o processo de gestão de riscos, como o nome sugere.

Há também a Auditoria Interna, que está subordinado a Presidência da Celesc, e tem como principais atividades no processo de gestão de riscos a verificação dos dados reportados pelo DPGR através de testes amostrais e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional os resultados encontrados.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adequada

A Celesc possui estrutura organizacional implementada e adequada conforme descrito acima (letra f). A atividade de controles internos está focada em planos de ação para correção das não conformidades apontadas pela carta da Auditoria Externa, ao final de cada exercício, o que produz correções e adequações.

Porém, a companhia está redirecionando o foco da atuação para implementação de controles internos para efetividade da política, com caráter preventivo, se antecipando aos controles de auditorias interna e externa e para isso está contratando consultoria especializada para auxílio na revisão da metodologia. A previsão é que ainda em 2015, a CELESC conte com controles Internos preventivos em seus principais processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia informa que não houve ao longo do exercício social de 2013 nenhum fato ou evento que alterasse de forma relevante sua exposição aos riscos descritos no item 5.1. Houve somente exposição a questão energética em função de dois fatores principais: (i) a instabilidade regulatória vivenciada a partir das medidas adotadas pelo governo federal para renovação das concessões (MP 579/12 convertida em Lei 12783/13); e, (ii) os custos extraordinários com compra de energia elétrica para revenda (exposição involuntária e despacho de energia térmica) que fez com que as distribuidoras de Energia Elétrica encontrassem sérias dificuldades para equilibrar o fluxo de caixa nos últimos meses.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia julga não haver outras informações relativas aos riscos de mercado que está exposta que sejam relevantes para a tomada de decisão dos investidores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Economia Mundial cresceu 2,40% em 2013 conforme relatório do Banco Mundial, crescimento abaixo do previsto. Podem-se atribuir o baixo crescimento da Economia Mundial ao fraco desempenho da Economia Americana e a recessão na Zona do Euro. Em 2012 os estímulos concedidos à Economia Americana pelo seu Banco Central resultaram em efeitos positivos sobre a economia mundial, já em 2013 foram revertidos alterando a trajetória dos fluxos de capitais provocando efeitos negativos sobre a estrutura de juros e câmbio das principais economias emergentes.

A economia brasileira foi profundamente inserida nesse contexto, os influxos de capitais têm provocado constantes déficits externos, alterando a trajetória do câmbio e depreciando a moeda nacional. Soma-se, também, que o baixo crescimento da economia mundial associado ao baixo dinamismo da economia brasileira tem repercutido negativamente nas relações de trocas com sucessivas reduções nos preços das principais *commodities* brasileiras.

Na conjuntura interna, o fim dos estímulos à demanda doméstica e o estrangulamento da economia, resultado do baixo nível de investimentos dos últimos anos, têm impactado negativamente na composição de custos dos agentes econômicos provocando surtos inflacionários. Para conter a pressão sobre a demanda, o Banco Central tem utilizado o mecanismo de elevação da taxa de juros refletindo negativamente sobre a atividade econômica.

Diante deste cenário da moeda nacional desvalorizada, deterioração das relações de troca, pressão inflacionária e juros altos, a economia brasileira apresentou um crescimento do PIB de 2,30% em 2013.

Por sua vez, o PIB catarinense apresentou em 2013 elevação de 4,10%, conforme Índice de Atividade Econômica Regional de Santa Catarina (IBCR-SC), superior à média de crescimento da economia nacional de 2,52%, este indicador (IBC-Br) é considerado uma prévia do PIB e levantado pelo Banco Central do Brasil. Neste contexto destacam-se: crescimento de 3,60% da produção agropecuária resultado das boas condições climáticas, produção industrial sinalizou expansão de 2,10% impulsionada pela construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública e por fim, o faturamento do setor de serviços que cresceu 11,50% com influência da inflação, intensificado principalmente pelo comércio. Os segmentos de melhor desempenho foram metalurgia básica (18,60%), vestuário (14,70%), celulose (7,30%) e os segmentos de pior desempenho foram o têxtil (-9,70%), máquinas e equipamentos (-6,60%) e materiais elétricos (-4,80%).

A Balança Comercial Catarinense registrou *déficit* de U\$6 bilhões no ano de 2013, sendo que as exportações retraíram 2,60% e as importações expandiram em 1,57% no comparativo entre 2013 e 2012. Esse desempenho é reflexo direto da perda de dinamismo da economia Brasileira e também das deficiências da estrutura do Comércio Exterior.

No segmento de energia, devido à estiagem ocorrida em 2012 e a consequente redução dos níveis de reservatório em 2013 provocaram a deliberação por parte do Operador Nacional de Energia Elétrica – ONS da utilização das Termoelétricas. O uso maciço de energia de fonte térmica incidiu negativamente no custo (custo de energia comprada) das distribuidoras de energia elétrica, ocasionando profunda queda no lucro líquido. A Celesc Distribuição, a exemplo das outras distribuidoras do setor elétrico, teve que se adequar as novas regras principalmente na administração do caixa da empresa.

Buscando adequar-se a uma nova política de custos, a Empresa realizou um Plano de Demissão Voluntária – PDV, o qual permitiu que em 2013 ocorresse uma redução de 5,6% dos gastos com Pessoal. Apontamentos visando à contenção de gastos de Materiais, Serviços e Outros (MSO) e novos mecanismos de controle estão sendo aperfeiçoados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética, o que produz retornos satisfatórios aos investidores e auxilia a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

A Companhia apresentou em 2013 um resultado positivo de R\$198,8 milhões, demonstrando plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos. A Receita Operacional Líquida (ROL) encerrou 2013 em R\$4,8 bilhões, 10,36% superior ao valor de 2012 que foi de R\$4,4 bilhões. O crescimento da ROL se deve à venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição, pela Subvenção CDE e pela redução dos encargos setoriais (extinção da RGR, CCC e redução da CDE). O EBITDA foi de R\$353,2 milhões, 202% superior ao resultado atingido em 2012 que foi de R\$350 milhões negativo. O EBITDA positivo foi provocado pelo recebimento da Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA. Portanto, em 2013 a empresa teve um lucro de R\$198,8 milhões, resultado 176,9% superior ao ano de 2012, onde obteve um prejuízo de R\$258,3 milhões. O Lucro Líquido ocorreu por causa do aumento da ROL.

Na Celesc Distribuição, em 2013, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$4,78 bilhões de realização, um crescimento de 9,9% em comparação ao ano anterior. Já as Despesas Operacionais atingiram R\$1,4 bilhão de realização, um acréscimo de 7,7%. O Custo com Energia Elétrica sofreu um acréscimo de 21,0%, totalizando R\$3,7 bilhões, o que representa 79,2% da ROL da Celesc Distribuição. O Resultado do Serviço foi de R\$132 milhões, um aumento de 133,0% em relação ao ano anterior. Em junho/13 foi contabilizado o crédito de R\$569,5 milhões referentes à CVA do período maio/12 a abril/13, melhorando o Resultado da Atividade e recuperando despesas com energia que não estavam cobertas pela tarifa cobrada ao consumidor. O EBITDA encerrou em R\$289,3 milhões positivos, frente à R\$248,6 milhões negativos do ano anterior. Com isso, a empresa encerrou o ano de 2013 com um lucro de R\$149,2 milhões, frente a um prejuízo de R\$135,6 milhões do ano anterior.

Já na Celesc Geração, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$94 milhões de realização, um acréscimo de 37,3% em relação ao ano anterior. As Despesas Operacionais somaram R\$ 71,5 milhões, uma redução de 58,2%. Por sua vez, o EBITDA encerrou em R\$73,5 milhões, com margem de 78%. Com isso, a Celesc G encerrou com lucro de R\$17,2 milhões, representando um valor superior em 124% ao lucro do ano anterior. O lucro se deve ao aumento da Receita Operacional Bruta em 32,7% e também à redução nas Despesas Operacionais em 58,1%. O aumento da Receita é provocado pelo PLD mais elevado, onde a Geração efetuou vendas no mercado *Spot*, beneficiando-se da volatilidade do mercado de energia, já a redução das Despesas se deve ao fato de que em 2012 foi realizada a provisão para perdas do ativo imobilizado, no valor de R\$124 Milhões. Em 2013, houve também o teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*), conforme determina o CPC 01 (R1), resultando na perda de R\$24,6 milhões, em função dos efeitos valorativos decorrentes da decisão da não antecipação da renovação da concessão das usinas.

Muito embora a Celesc Distribuição represente cerca de 98% da ROL do Consolidado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia.

Nas atividades de geração de energia, o índice pluviométrico do ano de 2013 foi superior ao registrado em 2012, e a energia gerada ficou, em média, aproximadamente 4,72% abaixo da garantia física das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs. Em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2013, com a entrada em operação da ampliação da Usina Pery, a Celesc Geração elevou sua garantia física, gerando 55,54 MW médios de energia elétrica, o que totaliza a produção líquida de 486,54 GWh, que culminou no fator de capacidade de cerca de 63,5%. O desempenho na geração de energia em 2013 foi 2,4% superior ao ano de 2012. Os principais motivos estão relacionados à melhor afluência verificada durante o ano nas regiões planalto e meio oeste.

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2013, verifica-se o aumento do passivo total em 3,29% em relação ao ano anterior, o passivo circulante cresceu 14,24%, o que não compromete a liquidez, pois o ativo circulante cresceu 27,59%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

Descrição (em milhares de Reais)	2013	2012	2011
Patrimônio Líquido (PL)	2.137.462	1.900.780	2.284.090
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	4.414.979	4.080.548
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	920.565	465.919
Lucro Operacional (LO)	145.027	(509.287)	428.846
Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	130.707	(65.238)
Lucro Líquido (LL)	198.874	(258.366)	323.887
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	1.312.038	1.427.462
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	1.305.699	1.291.539
Passivo Total (PT)	3.490.301	3.378.951	2.896.039
Ativo Total (AT)	5.627.763	5.279.731	5.180.129
Depreciação (D)	208.271	158.294	151.422
EBITDA (E)	353.298	(350.993)	580.268

Indicadores	2013	2012	2011
LL / PL	9,30%	-13,59%	14,18%
LL / ROL	4,08%	-5,85%	7,94%
AC / PC	112,23%	100,49%	110,52%
AT / PT	161,24%	156,25%	178,87%
PC / PT	42,74%	38,64%	44,60%
PL / PT	61,24%	56,25%	78,87%
LL / PT	5,70%	-7,65%	11,18%
Margem EBITDA	7,25%	-7,95%	14,22%

A rentabilidade sobre o patrimônio e a margem líquida vinham em trajetória crescente até 2012, quando foram prejudicadas, por fatores não recorrentes e exógenos, recuperando-se em parte em 2013 ao receber a CVA referente à maio/2012 a abril/2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo, conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento, aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários e Finame.

A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados.

Descrição (em milhares de Reais)	2013				2012				2011			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
Patrimônio líquido (PL)	2.137.462	2.137.462	1.538.756	275.639	1.900.780	1.900.780	1.342.956	247.965	2.284.090	2.284.090	1.594.002	306.345
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	-	4.780.203	94.074	4.414.979	-	4.348.617	68.493	4.080.548	-	4.031.621	51.810
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	156.917	4.648.154	71.527	920.565	211.434	766.546	148.626	465.919	(311.683)	464.220	12.222
Lucro Operacional (LO)	145.027	156.917	132.049	22.547	(509.287)	(211.434)	(400.672)	(103.222)	428.846	311.683	399.020	19.358
Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	65.821	83.275	2.188	130.707	(70.796)	200.327	1.181	(65.238)	(70.297)	(72.553)	(1.802)
Lucro Líquido (LL)	198.874	198.874	149.258	17.228	(258.366)	(258.366)	(135.659)	(70.377)	323.887	323.887	287.411	13.804
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	81.961	1.572.563	62.996	1.312.038	41.732	1.257.087	14.522	1.427.462	124.185	1.344.899	27.231
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	54.746	1.450.872	29.492	1.305.699	4.730	1.286.463	15.809	1.291.539	87.275	1.256.551	16.566
Passivo Total (PT)	3.490.301	62.636	3.564.110	89.937	3.378.951	12.661	3.436.220	86.962	2.896.039	95.109	2.846.830	88.955
Ativo Total (AT)	5.627.763	2.200.098	5.102.866	365.576	5.279.731	1.913.441	4.779.176	334.927	5.180.129	2.379.199	4.440.832	395.300
Depreciação (D)	208.271	1	157.269	51.001	158.294	-	152.038	6.256	151.422	1.531	143.032	6.859
EBITDA (E)	353.298	156.918	289.318	73.548	(350.993)	(395.771)	(248.634)	(97.536)	580.268	313.214	542.052	26.217

Indicadores	2013				2012				2011			
	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Holding	Celesc Distribuição	Celesc Geração
LL / PL	9,30%	9,30%	9,70%	6,25%	-13,59%	-13,59%	-10,10%	-28,38%	14,18%	14,18%	18,03%	4,51%
LL / ROL	4,08%	-	3,12%	18,31%	-5,85%	-	-3,12%	-102,75%	7,94%	-	7,13%	26,64%
AC / PC	112,23%	149,71%	108,39%	213,60%	100,49%	882,28%	97,72%	91,86%	110,52%	142,29%	107,03%	164,38%
AT / PT	161,24%	3512,51%	143,17%	406,48%	156,25%	15112,87%	139,08%	385,14%	178,87%	2501,55%	155,99%	444,38%
PC / PT	42,74%	87,40%	40,71%	32,79%	38,64%	37,36%	37,44%	18,18%	44,60%	91,76%	44,14%	18,62%
PL / PT	61,24%	3412,51%	43,17%	306,48%	56,25%	15012,87%	39,08%	285,14%	78,87%	2401,55%	55,99%	344,38%
LL / PT	5,70%	317,51%	4,19%	19,16%	-7,65%	-2040,64%	-3,95%	-80,93%	11,18%	340,54%	10,10%	15,52%
Margem EBITDA	7,25%	-	6,05%	78,18%	-7,95%	-	-5,72%	-142,40%	14,22%	-	13,45%	50,60%

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Grupo Celesc) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável. Desse modo, busca-se deslocar o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de modo a permitir uma adequada remuneração do capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Alavancagem financeira e endividamento líquido (em Milhares de Reais)			
	2013	2012	2011
Empréstimos e financiamentos e debêntures	681.672	338.110	343.092
menos: caixa e equivalentes	664.506	172.740	428.754
(=) Dívida líquida	17.166	165.370	(85.662)
Total do Patrimônio Líquido	2.137.462	1.900.780	2.284.090
Total do Capital	2.154.628	2.066.150	2.198.428
<i>Índice de Alavancagem financeira (%)</i>	0,80%	8,70%	-3,75%

(i) hipóteses de resgate

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia. No entanto, há hipótese de resgate, conforme estipulado no Estatuto Social, que são: Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2 de Governança Corporativa, conforme estipulado no Artigo 56 do Estatuto Social – Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações e deverá ter como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado em laudo de avaliação por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

(ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Conforme afirmado acima, na hipótese de resgate, será utilizado o valor econômico da Companhia, cuja fórmula de cálculo será definida pela empresa especializada e pela Assembleia de Acionistas, como previsto no Estatuto Social da Empresa, em seu Artigo 57 – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em Segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras.

A quase totalidade dos compromissos financeiros da Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, apresentando seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 25/01/2013 foi contratado pela Celesc Distribuição um empréstimo na modalidade Capital de Giro, autorizado pelo Conselho de Administração da companhia, no valor de R\$ 89 milhões, com remuneração de juros de 7,55% a.a., e prazo de quitação de 24 meses, com carência de 15 meses e amortizado em 9 parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e estão anuídos pela ANEEL.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Tal situação não se aplica, uma vez que a Companhia e suas subsidiárias possuem índices de liquidez seguros e contam, de regra, com suficientes recursos próprios a fim de cobrir as necessidades de capital de giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso da Centrais Elétricas de Santa Catarina e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na impossibilidade de empréstimos do BNDES. Desse modo, as empresas controladas pelo Estado tendem a ser menos alavancadas que as empresas privadas.

Autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de abril de 2013, a Celesc Distribuição em 15 de maio de 2013 realizou, junto ao Agente Fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e cuja fiadora é a Centrais Elétricas de Santa Catarina. O valor da emissão é de R\$300 milhões sendo emitidas 30 mil Debêntures com valor nominal de R\$10mil unitário. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB – Banco de Investimentos S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da oferta restrita. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros- DI acrescidos de uma sobretaxa de 1,30% a.a., a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência. O Valor Nominal Unitário será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da data de emissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina (grupo):

Empréstimos (em Milhares de Reais)						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2013	2012	2011	Garantia	2013-2011
Empréstimos Bancários	7,55% a.a.	162.334	60.637	103.376	Subordinada	57,03%
Eletrobrás	5% a.a.	177.590	157.602	151.092	Subordinada	17,54%
Finame	2,5 a 8,7 a.a.	37.530	30.656	27.713	Subordinada	35,42%
Debêntures	DI + 1,3% a.a.	304.996	17.677	21.484	Fidejussória	1319,64%
Total de Empréstimos		682.450	288.645	375.627		81,68%
Circulante		203.497	117.041	245.827		-17,22%
Não circulante		478.953	171.604	129.800		268,99%

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição se destinam aos programas de eletrificação rural e extensão de linhas de transmissão e subestações, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás, os juros incidentes são de 5% a.a.. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

Também são mantidos contratos de financiamento com o BNDES na modalidade FINAME PSI com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos cujos juros variam entre 2,5% a.a. a 8,7% a.a..

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, 100% pertencem à Celesc Distribuição e referem-se principalmente a aumento do capital de giro e investimentos na rede de distribuição e subestações, já no caso do FINAME à compra de equipamentos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Do ponto de vista das garantias, as dívidas da companhia são subordinadas ou fidejussória, sendo garantidas por recebíveis ou aval, respectivamente, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias integrais, estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 estabelece que seja vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

necessária à autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Com a emissão das debêntures em 15 de maio de 2013, a política de dividendos da Celesc Distribuição torna-se restrita a um *pay-out* máximo de 30% até o fim do contrato.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dos diversos financiamentos e empréstimos contratados pela Companhia, referente a Finame e Empréstimos do Sistema Eletrobras, foram utilizados 6,94% no exercício de 2011, 26,60% em 2012 e 6,98% em 2013, restando um saldo a ser utilizado de 43,76%, conforme demonstrado abaixo:

Operação/Data Contratação	Valor Total Financiado	Valor Liberado até 31/12/2011	Valor Liberado até 31/12/2012	Valor Liberado até 31/12/2013	Saldos
40/00548 - 25/08/2010	R\$ 1.949.289,52	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ -
40/00620 - 29/03/2011	R\$ 8.384.040,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ -
40/00623 - 29/03/2011	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ -
40/00624 - 29/03/2011	R\$ 1.363.156,00	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ -
40/00625 - 29/03/2011	R\$ 2.353.891,60	R\$ 14.011,26	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ -
40/00626 - 29/03/2011	R\$ 1.359.007,59	R\$ 16.178,66	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ -
40/00629 - 29/03/2011	R\$ 2.991.183,09	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	R\$ -
40/00630 - 29/03/2011	R\$ 5.398.800,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ -
40/00656 - 29/09/2011	R\$ 1.135.963,32	R\$ -	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ -
40/00677 - 14/10/2011	R\$ 1.011.156,64	R\$ -	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ -
40/00678 - 17/10/2011	R\$ 830.884,19	R\$ -	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ -
40/00726 - 23/07/2012	R\$ 3.050.795,38	R\$ -	R\$ 2.299.089,60	R\$ 2.943.406,78	R\$ 107.388,60
40/00727 - 23/07/2012	R\$ 906.588,82	R\$ -	R\$ 604.376,09	R\$ 906.572,35	R\$ 16,47
40/00728 - 23/07/2012	R\$ 1.330.517,00	R\$ -	R\$ 887.010,73	R\$ 1.034.845,85	R\$ 295.671,15
40/00729 - 23/07/2012	R\$ 1.439.994,25	R\$ -	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 811.086,23
40/00730 - 08/08/2012	R\$ 3.224.906,43	R\$ -	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ -
40/00749 - 05/12/2012	R\$ 407.138,19	R\$ -	R\$ -	R\$ 120.638,90	R\$ 286.499,29
40/00751 - 05/12/2012	R\$ 1.331.984,89	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.034.056,25	R\$ 297.928,64
CONTRATO Nº ECF 0317 - 15/11/2011	R\$ 8.723.529,22	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.723.529,22	R\$ -
CONTRATO Nº ECF 2734 - 30/03/2009	R\$ 120.000.000,00	R\$ 66.504.000,00	R\$ 93.715.817,85	R\$ 93.715.817,85	R\$ 26.284.182,15
CONTRATO Nº ECF 2872 - 30/08/2010	R\$ 86.248.171,68	R\$ 8.624.817,17	R\$ 48.772.878,47	R\$ 50.187.811,09	R\$ 36.060.360,59
CONTRATO Nº ECF 2980 - 20/12/2011	R\$ 98.398.580,00	R\$ -	R\$ 19.679.716,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 68.879.006,00
CONTRATO Nº ECF 2986 - 11/05/2012	R\$ 85.015.156,34	R\$ -	R\$ 17.003.031,26	R\$ 25.504.546,89	R\$ 59.510.609,45
TOTAL	R\$ 439.963.534,15	R\$ 97.032.354,94	R\$ 214.082.280,08	R\$ 244.811.159,26	R\$ 192.532.748,57
RECURSOS UTILIZADOS ANUAL		30.528.354,94	117.049.925,14	30.728.879,18	192.532.748,57
PERCENTUAL UTILIZADOS ANUAL		6,94%	26,60%	6,98%	43,76%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2013, verifica-se acréscimo de 14,24% do passivo circulante em relação ao ano anterior, entretanto, o passivo total apresentou declínio de 2,12% em relação ao ano de 2012. De outro modo, a liquidez não foi comprometida, pois o ativo circulante cresceu 27,59%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez conservadores, inclusive com tendência ao aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

Na análise vertical dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2013, observa-se aumento da participação do EBTIDA em relação ao ano anterior de -7,85% para 7,25%, em decorrência da diminuição dos Custos e Despesas Operacionais (de 111,43 para 97,02%) e do aumento da Depreciação (de 3,59 para 4,27%).

Descrição (em milhares de Reais)	2013	AV(%)	2012	AV(%)	2011	AV(%)
Patrimônio líquido (PL)	2.137.462	37,98	1.777.333	33,26	2.284.090	44,09
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	100	4.414.979	100	4.191.414	100
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	97,02	4.919.776	111,43	3.752.582	89,53
Lucro Operacional (LO)	145.027	2,58	(504.797)	-9,45	438.832	8,47

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	2,69	130.220	2,44	15.218	0,29
Lucro Líquido (LL)	198.874	4,08	(255.725)	-5,79	323.887	7,73
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	29,75	1.312.037	24,56	1.427.462	27,56
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	42,74	1.305.698	36,62	1.291.539	44,60
Passivo Total (PT)	3.490.301	100	3.565.923	100	2.896.039	100
Ativo Total (AT)	5.627.763	100	5.343.256	100	5.180.129	100
Depreciação (D)	208.271	4,27	158.294	3,59	154.169	3,68
EBITDA (E)	353.298	7,25	(346.503)	-7,85	593.001	14,15

Na análise horizontal dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, a Receita Operacional Líquida (ROL) expandiram 16,25% e 5,33% em 2013 e 2012, respectivamente, tomando como base os valores do ano de 2011. Concomitantemente, os Custos e Despesas Operacionais (CPO) cresceram 25,98% e 31,10% em 2013 e 2012, respectivamente, ao valor base de 2011. Portanto, verifica-se que o LO foi positivo em 2013, mas declinante em relação ao seu valor base de 2011, pois o aumento da ROL (16,25%) não acompanhou o acréscimo da CPO (25,98%).

Estes resultados apresentam forte interação com o resultado do indicador EBTIDA, por exemplo. Este indicador declinou em 59,58% ou representa retração de 40,42% em relação ao seu valor base de 2011. Já a margem EBTIDA, em pontos percentuais, sofreu decréscimo de 6,9%, representando uma redução de 48,76%.

Descrição (em milhares de Reais)	2013	AH	2012	AH(%)	2011	AH
Patrimônio Líquido (PL)	2.137.462	93,58	1.777.333	77,81	2.284.090	100
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.872.377	116,25	4.414.979	105,33	4.191.414	100
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	4.727.350	125,98	4.919.776	131,10	3.752.582	100
Lucro Operacional (LO)	145.027	33,05	(504.797)	-115,03	438.832	100
Receita Financeira Líquida (RFL)	151.284	994,11	130.220	855,70	15.218	100
Lucro Líquido (LL)	198.874	61,40	(255.725)	-78,96	323.887	100
Ativo Circulante (AC)	1.674.070	117,28	1.312.037	91,91	1.427.462	100
Passivo Circulante (PC)	1.491.660	115,49	1.305.698	101,10	1.291.539	100
Passivo Total (PT)	3.490.301	120,52	3.565.923	123,13	2.896.039	100
Ativo Total (AT)	5.627.763	108,64	5.343.256	103,15	5.180.129	100
Depreciação (D)	208.271	135,09	158.294	102,68	154.169	100
EBITDA (E)	353.298	59,58	(346.503)	-58,43	593.001	100

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Indicadores	2013	AH	2012	AH	2011	AH
LL / PL	9,30%	65,61	-14,39%	-101,47	14,18%	100
LL / ROL	4,08%	52,82	-5,79%	-74,96	7,73%	100
AC / PC	112,23%	101,54	100,49%	90,92	110,52%	100
AT / PT	161,24%	90,14	149,84%	83,77	178,87%	100
PC / PT	42,74%	95,83	36,62%	82,10	44,60%	100
PL / PT	61,24%	77,65	49,84%	63,20	78,87%	100
LL / PT	5,70%	50,95	-7,17%	-64,12	11,18%	100
Margem EBITDA	7,25%	51,25	-7,85%	-55,47	14,15%	100

Em suma, a rentabilidade sobre o patrimônio e a margem líquida vinham em trajetória crescente até 2012, quando foram prejudicadas, por fatores não recorrentes e exógenos, recuperando-se em parte em 2013 ao receber a CVA referente à maio/2012 a abril/2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A indústria de Santa Catarina apresentou resultado superior à produção industrial nacional e encerrou o ano de 2013 com crescimento de 2,10%. As atividades com melhores desempenhos foram: Metalurgia básica (18,60%), Celulose (7,30%) e Vestuário (14,70%), respectivamente, impulsionados pelo aumento de consumo interno e regularização de empresas informais. O desempenho desses segmentos superaram as expectativas, tendo em vista, o ambiente de instabilidade da economia mundial e o resultado deficitário da Balança Comercial de Santa Catarina.

Cabe novamente destacar que a produção industrial teve resultado satisfatório em função dos segmentos de construção civil e de serviços de utilidades pública. Além desses setores, a produção agropecuária em virtude de condições favoráveis cresceu 3,60%, o setor de comércio varejista manteve-se competitivo, com investimentos em diversos produtos sendo responsável pela criação de 76 mil novos empregos em 2013, situação adversa em que a economia brasileira viveu no mesmo período.

No ano de 2013, foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017 do parque gerador e transmissor. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma estratégica, as determinações da MP 579/12, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro de 2012, decidindo pela não prorrogação antecipada do contrato de concessão.

O Índice BOVESPA – Ibovespa fechou o ano de 2013 com recuo de 15,49% sendo o pior resultado entre os principais índices acionários globais. O Índice do Setor de Energia Elétrica - IEE apresentou baixa expressiva de 8,83%, reflexo principalmente da instabilidade do setor elétrico que, por sua vez, está diretamente relacionada à política governamental do Governo para o mesmo setor. Diante desse cenário, as ações preferenciais da CELESC – PN apresentaram desempenho negativo com desvalorização de 31,85% já incluso os ajustes de proventos. As ações ordinárias – ON expandiram 8,11% em relação ao fechamento de 2012.

a. resultado das operações do emissor, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua basicamente nas atividades de distribuição e geração de energia, tendo como principal setor o de distribuição de energia elétrica, sendo que a atividade de Distribuição, nos últimos três anos, é responsável por mais de 95% da Receita Líquida, consequentemente a empresa de geração tem importância menos relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo.

Lucros Individuais e Participação Proporcional (em milhares de Reais)	2013	2012	2011
Lucro líquido	198.874	-255.725	323.887
Celesc Distribuição	149.258	133.018	287.411
	75,1%	-52,0%	88,7%
Celesc Geração	17.228	70.380	13.804
	8,7%	-27,5%	4,3%

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Celesc Distribuição S.A.

Sob o ponto de vista da Receita Operacional Líquida a Celesc Distribuição contribuiu em 2013 com cerca de 98% e a Geração 2%. A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios. A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como também os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo total de energia elétrica em nossa área de concessão somou 23.952 GWh no ano de 2013, um incremento de 3,7% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre) quando comparado ao mesmo período de 2012.

O mercado cativo cresceu 1,8% no ano de 2013 com consumo total da ordem de 16.459 GWh. Os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição apresentaram consumo de 5.655 GWh em 2013, representando crescimento de 10,9% no comparativo com o ano anterior.

A classe industrial, que engloba 27,29% do mercado cativo, somando 4.491 GWh, apresentou redução de 2,8% em relação ao acumulado de 2012. Na classe comercial, que representa 20,15% do mercado cativo, o incremento foi de 1,5%, com consumo de 3.317 GWh. A classe residencial, que equivale a 29,56% do mercado cativo da Celesc, consumiu 4.865 GWh, evolução de 4,9%. As demais classes (rural, iluminação, poderes e serviços públicos e suprimento de energia), que correspondem a 22,93% do total, consumiram 3,94% a mais no acumulado de 2013, o equivalente a aproximadamente 3.774 GWh.

Mas não só em aspectos quantitativos nosso mercado se destaca, Santa Catarina possui o maior nível de consumo *per capita* de energia elétrica e um dos melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o que se reflete positivamente na solidez dos nossos indicadores de crescimento. Contamos com um mercado diversificado – espelhando a estrutura produtiva e social catarinense – com significativa participação de todas as classes de consumo, mas com destaque para a residencial e a industrial.

Devem-se destacar também, os reajustes tarifários concedidos pela ANEEL à concessionária no período, com impacto negativo médio de 19,13%, no período de janeiro a agosto/13, além de um reajuste médio de 13,73% a partir de agosto/2013.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de contrato de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- (i) A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- (ii) A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- (iii) O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- (iv) O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$178.482, registrado em Custo com Energia Elétrica na Rubrica Encargos de Uso da Rede e Energia de Curto Prazo. Para o item (iv), no processo de Revisão Tarifária da Celesc D, por meio da Resolução Homologatória no 1.574, de 30 de julho de 2013, a ANEEL concedeu cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA apurados sobre a energia comprada e do encargo de ESS, no montante de R\$569.507. Este valor foi registrado a crédito do Custo com Energia Elétrica na rubrica Recuperação de Despesas.

Resolução Homologatória nº 1.574/13 - Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Eletrobrás à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31,8 mil.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para custear descontos tarifários

Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

Celesc Geração S.A.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e, atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre – ACL, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2012 a Empresa teve aprovado junto ao Ministério de Minas e Energia, o seu pedido de mudança do regime de concessão. Dentre as 12 (doze) usinas, 8 (oito) passaram a ser consideradas como Produtor Independente de Energia – PIE, passando a comercializar energia incentivada no mercado ACL com 50% de desconto nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição – TUSD, a partir de junho de 2012. Por consequência, foram firmados contratos de longo prazo com consumidores do grupo A4, que recebem energia incentivada com 50% de desconto na TUSD.

De modo geral, sua receita em 2013 foi condicionada pelos reajustes contratuais, pelo aumento no Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e por novos contratos. A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes em 2013 foi de R\$/MWh 191,69.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"), convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial (DP) nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017 a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 previa, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP 579 o Grupo protocolou seu pedido de prorrogação em 18 de setembro de 2012 para as concessões do contrato 56/1999 de Distribuição, e das Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) em 15 de outubro de 2012, abaixo apresentamos as PCHs afetadas pela MP nº 579:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
PCH Pery	Curitibanos/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	07/07/2015	2,60	1,81
Total - MW			95,80	60,49

As PCHs que possuem potência inferior a 1MW e prazo de concessão depois de 2017 não foram alcançadas pela MP 579/2012, conforme apresentado abaixo:

Parque Gerador Próprio - Demais Usinas 100% da Celesc Geração S.A.

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	23/11/2021	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Piraí	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22
Total - MW			10,95	7,74

(*) Usinas com potência inferior a 1 MW estão dispensadas do ato de concessão.

Em respeito ao prazo legal definido pela medida provisória que consignou pedido pela renovação condicionada das concessões em 15 de outubro de 2012, através de processos apartados, tendo em vista, principalmente, a condição específica da unidade de Pery, com obras em andamento para projeto de repotenciação, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.688, publicado no Diário Oficial da União nº 201, de 17 de outubro de 2012. No dia 23 de outubro 2012 a ANEEL, através do Despacho nº 3.327 (Processo nº 48100.001152/1996-71), resolveu por: recomendar a prorrogação da concessão das Usinas Hidrelétricas Bracinho, Garcia, Cedros, Salto, Ivo Silveira e Palmeiras, requerida pela Celesc Geração S.A., nos termos da Medida Provisória nº 579, de 2012; recomendar a prorrogação da concessão da Usina Hidrelétrica Pery, estabelecendo que (a) nos primeiros vinte anos, ficará submetido ao regime de cotas da Medida Provisória nº 579, de 2012, apenas o montante de energia correspondente à potência anterior à ampliação da usina, ou seja, 4 MW, ao passo que o montante correspondente à ampliação, ou seja 26 MW, poderá ser comercializado livremente e (b) nos últimos dez anos, toda a energia da usina será submetida ao regime de cotas. A UHE Piraí possui potência instalada, reconsiderada quando da assinatura do 2º termo aditivo de renovação da concessão em 1999, de apenas 0,78 MW, não restando, portanto, necessária à renovação da concessão, mas, tão somente, registro de operação junto ao regulador.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No dia 01.11.2012, foi publicada a Portaria Interministerial nº 578 MME/MF que define as tarifas iniciais para serem aplicadas as hidrelétricas enquadradas pela MP 579, com base no Custo da Gestão de Ativos de Geração (GAG). Na mesma data também foi publicada a Portaria Interministerial nº 580 MME/MF que define os valores de indenização dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados.

A Administração em 2012 analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Empresa ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região (Porto Alegre).

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030, em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias em 2013.

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G passou a recolher a quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP são decorrentes da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

Pequena Central Hidrelétrica - PCH	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	22,5	07/07/2015
Ivo Silveira	6	07/07/2015
Cedros	21,4	07/11/2016
Salto	16,7	07/11/2016
Bracinho	25,3	07/11/2016
Pery	52,3	09/07/2017
Celso Ramos	12	22/11/2021

A nova conjuntura regulatória implicou na necessidade de avaliação sobre a recuperabilidade dos ativos, uma vez que pressupõe a entrega das concessões que não serão renovadas, nas respectivas datas contratuais.

Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos. Com aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 dos Pronunciamentos CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, os empreendimentos controlados em conjunto passam a ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A controlada em conjunto ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Com aplicação requerida para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 dos Pronunciamentos CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, os empreendimentos controlados em conjunto passam a ser registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP. Com a adoção desses novos pronunciamentos contábeis no primeiro trimestre de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício 2012

O ano de 2012 caracterizou-se como um ano desafiador para a economia nacional. Sob o impacto do arrefecimento da economia europeia, da lenta retomada da economia americana e da invasão de produtos importados dos países asiáticos, com destaque para os chineses, o Brasil registrou PIB de 0,9%, resultado bastante inferior ao crescimento de 2,9% em 2011 e um recuo considerável, se comparado aos 7,5% em 2010.

Diante deste cenário, a expansão industrial se deu por conta do consumo interno, ainda aquecido pela facilidade de acesso ao crédito, redução da taxa de juros e aumento da renda real das famílias e da condição próxima de pleno emprego, alcançada no País. A situação favorece a aquisição de eletrodomésticos e o aumento de consumo de energia elétrica.

A indústria de Santa Catarina manteve-se em linha com os padrões nacionais e encerrou o ano com fraco desempenho nos principais indicadores do setor. A atividade com melhor desempenho foi máquinas e equipamentos, com alta de 16,5%, impulsionada pela redução do IPI para a linha branca. O desempenho no ano ainda foi positivamente influenciado pela construção civil, que também aqueceu o comércio varejista em Santa Catarina.

Em 2011, os esforços empreendidos resultaram em boa performance da Celesc Distribuição na redução dos custos de materiais, serviços e outros. O grande desafio a ser superado pela Empresa desde então, passa pela redução de custos de pessoal. No mês de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou o Plano de Demissão Voluntário (PDV) proposto aos empregados da Celesc Distribuição como parte do Plano de Adequação de Quadros – PAQ. O PDV contou com a adesão de 734 profissionais e sua efetividade representa economia bruta de aproximadamente R\$500 milhões até o seu término, em 2018.

O ano também foi especialmente turbulento para o Setor Elétrico por conta do anúncio das novas regras para prorrogação das concessões, permitindo a antecipação dos contratos com vencimento entre 2015 e 2017. Sem alterações significativas para a área, a Celesc Distribuição acabou sendo a primeira empresa a solicitar sua renovação contratual com a União. A Celesc Geração, porém, precisou enfrentar, de forma muito estratégica, as determinações da MP 579, divulgada pelo Governo Federal no mês de setembro. A tomada de decisão da Administração da Companhia pela não renovação da concessão do Parque Gerador levou em consideração premissas de caráter técnico, dentre as quais, a restrição significativa de receita da ordem de 79% e o Valor Presente Líquido (VPL) negativo das usinas de aproximadamente R\$600 milhões.

O consumo de energia do mercado cativo cresceu 2,3% em 2012, os consumidores livres localizados na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentaram crescimento de 20,6% no comparativo com o ano anterior, sendo principal responsável pelo crescimento de 6,1% da energia elétrica total distribuída na nossa área de concessão, somando 21.205 GWh em 2012.

A receita operacional bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$6,9 bilhões no acumulado do ano, 7,50% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, pela venda de energia no mercado de Curto Prazo, vinculado ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, realizado pela Celesc Geração e pela Celesc Distribuição.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida de R\$4,4 bilhões no ano de 2012, um aumento de 8,20% em relação ao ano de 2011.

Os custos e despesas operacionais cresceram 35,43%, passando de R\$3.651 milhões em 2011 para R\$4.945 milhões em 2012, tendo como principais fatores o aumento da despesa de pessoal, afetada pelo PDVP (R\$290 milhões) e a Indenização Trabalhista da URP (R\$38,8 milhões) e o custo com energia comprada para revenda na Celesc Distribuição em R\$744 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2012 um prejuízo líquido consolidado de R\$258,37 milhões, frente a um lucro líquido em 2011 de R\$323,89 milhões.

• Celesc Distribuição S.A.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 7,2%, comparada à de 2011. O custo com energia elétrica e as despesas operacionais aumentaram 34,8% e 23,6%, respectivamente. Desse modo a empresa obteve um prejuízo líquido em 2012 de R\$248,6 milhões.

• Celesc Geração S.A.

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de R\$83,6 milhões de Reais com um prejuízo líquido de R\$70,3 milhões de Reais durante o ano de 2012.

Exercício 2011

O desempenho da economia catarinense foi bastante influenciado pela variação negativa de muitos de seus principais setores industriais a exemplo do moveleiro, têxtil e madeireiro - cujas vendas industriais regrediram de 10 a 20% em relação a 2010.

Desse modo, mesmo com o bom desempenho da construção civil e dos setores de comércio e serviços, os resultados agregados da economia catarinense ficaram abaixo da média nacional.

A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

O consumo de energia da classe comercial cresceu em 2011 8,5% - o que foi responsável por compensar o modesto desempenho das outras classes, resultando, ao final de 2011, em um aumento do consumo de energia elétrica de 3,4%.

A receita operacional bruta atingida pelo Grupo Celesc totalizou R\$1,7 bilhão no 4T11, elevação de 2,3% na comparação com o quarto trimestre de 2010. No acumulado do ano, o valor foi de R\$6,6 bilhões, 5,4% superior ao mesmo período do ano anterior. O resultado positivo foi sustentado, mais uma vez, pelo relevante desempenho do mercado de distribuição da Celesc.

Em relação o desempenho operacional líquido, a Centrais Elétricas de Santa Catarina apresentou uma Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão no 4T11, 0,6% superior ao mesmo período de 2010. Já no acumulado dos 12 meses, este valor foi de R\$4,2 bilhões, com crescimento de 3,8% em relação ao ano anterior.

O aumento da Receita Operacional Líquida no ano é favorecido pelo crescimento do mercado na área de concessão de Distribuição de Energia da Empresa (3,2% em relação a 2010) e aos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2010 (média de 9,8%) e agosto de 2011 (média de 1,19%). Esse resultado também foi impulsionado pela queda dos custos e despesas operacionais passando de R\$3.770 milhões em 2010 para R\$3.761 milhões em 2011, tendo como principais fatores de redução do custo com energia comprada em 4,0% e a queda de 6,3% nas despesas com pessoal e atuarial na subsidiária Celesc Distribuição S.A. Tratando-se de volume financeiro, o destaque fica por conta do custo com a energia comprada para revenda na Celesc Distribuição S.A., que em 2010 teve um valor muito elevado em função dos despachos de térmicas e alta do dólar, fator esse que não se repetiu em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2011 um lucro líquido consolidado de R\$323,89 milhões, valor 18,42% maior que o registrado em 2010 (R\$273,52 milhões).

Celesc Distribuição S.A.

A Receita Operacional Bruta da Celesc Distribuição reportou um aumento de 5,37%, comparada à de 2010. O aumento da receita foi acompanhado de redução nos custos operacionais da ordem de 3,34%. Desse modo, mesmo com o aumento das despesas financeiras em R\$51,74 milhões de Reais, a empresa obteve um lucro líquido em 2011 superior ao de 2010 em 59,35%.

Celesc Geração S.A.

As atividades da Celesc Geração resultaram em uma receita bruta de R\$58,23 milhões de Reais e um lucro líquido de R\$13,8 milhões de Reais durante o ano de 2011.

A Celesc Geração S.A. detém Concessão de Serviço Público de Geração no Estado de Santa Catarina e atualmente, sua atuação se dá 95% no mercado livre e 5% no mercado regulado, ou seja, suas operações de Compra e Venda de Energia Elétrica atendem em sua maioria ao Ambiente de Contratação Livre, através de contratos bilaterais diretamente com seus clientes, e que são oriundos de processos licitatórios na forma de Leilões de Energia, realizados conforme legislação vigente.

Em 2011, a Empresa participou do 11º Leilão de Ajuste, firmando seus primeiros contratos no Ambiente Regulado com duas distribuidoras.

A formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo. O preço médio dos contratos existentes com base em 2011 é 118,00 R\$/MWh.

Em julho de 2011 a Celesc Geração obteve a liberação por parte da Aneel para pôr em funcionamento duas unidades geradoras na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Prata totalizando a potência instalada de 3.000 kW. A PCH Prata integra a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Cia. Energética Rio das Flores, cuja participação da Celesc Geração corresponde a 25%. As atividades do novo empreendimento agregarão 0,75 % à potência instalada da Celesc Geração.

As vendas no curto prazo em 2011, originadas a partir das sobras energéticas das usinas, reduziram 47% em relação a 2010. Em contrapartida as negociações no longo prazo, mais seguras e rentáveis para a empresa, cresceram 7,16 % em relação a 2010.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita.

Valor da Tarifa

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas. Mais de 95% da receita líquida total do grupo refere-se à venda de energia elétrica.

Nesse sentido, a administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.

Reajuste Tarifário Anual

A ANEEL, no âmbito da Reunião Pública de Diretoria realizada em 30 de julho de 2013, homologou o processo de Reajuste Tarifária Anual da Celesc Distribuição, estabelecendo o índice de reposicionamento tarifário de +15,37% (efeito econômico), com efeito médio a ser percebido pelo consumidor de +13,73% a partir de 7 de agosto de 2013.

Data	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste/Revisão tarifário anual econômico	Efeito Médio (consumidores cativos)
04/08/2009	856	4,80%	6,96%
06/08/2010	1.037	9,25%	9,85%
05/08/2011	1.183	1,58%	1,19%
07/08/2012	1.322	3,99%	-0,32%
06/08/2013	1.574	15,37%	13,73%

Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória nº 579. Em 14.09.2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos de geração e transmissão de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Para as concessionárias de distribuição a MP 579 prevê, a partir de 1º de janeiro de 2013, a redução das tarifas pela eliminação/redução de alguns dos encargos setoriais e a partir de fevereiro de 2013 passarão por uma revisão tarifária extraordinária com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Conforme requerido pela MP 579, a Companhia protocolou seu pedido de prorrogação em 19 de setembro de 2012 para o contrato de concessão 56/1999 da Celesc Distribuição, ratificando a intenção manifestada no mês de junho junto ao órgão regulador – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Ambiente de Contratação Regulado e Livre

A distribuição de energia nos Ambientes de Contratação Regulado e Livre da Celesc Distribuição S.A encerra o ano de 2013 com distribuição de energia superior em 3,70% ao alcançado em 2012. Este resultado está relacionado ao crescimento de mercado em 2,50% no ano de 2013 e, consequentemente, aos resultados positivos tanto no mercado Regulado quanto no mercado Livre.

Neste sentido, pode-se destacar o mercado Livre de energia elétrica, cujos consumidores podem escolher seus fornecedores de insumo. Este segmento representa cerca de 26% da energia total distribuída pela Celesc. Em 2013, o volume de energia consumida nesse mercado foi 10,90% maior do que o verificado no mesmo período do ano anterior. A possibilidade de escolher

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

produtos específicos a cada perfil de consumo combinando preços diferenciados vem contribuindo para o aumento do número de clientes livres, ratificando o crescimento de 1,60% do mercado livre em 2013 em relação ao ano anterior.

O mercado Regulado de energia elétrica da Celesc Distribuição S.A. encerra o ano de 2013 com distribuição de energia superior em 1,80% ao alcançado em 2012. Destaca-se o crescimento de mercado dos consumidores em 4,9% quando comparado ao ano de 2012.

Cabe destacar a peculiaridade do ambiente de contratação de Energia: possibilidade de migração do Grupo A entre os ambientes Regulado e Livre. Observa-se que entre 2013 e 2012, houve retração de 1,6% no ambiente Regulado. Em destaque, tem-se menor distribuição de energia no ambiente Regulado da classe industrial em 2,79% no comparativo 2013 e 2012.

Estes resultados seguiram a mesma tendência do ocorrido no comparativo entre 2012 e 2011, com distribuição de energia superior em 6,30% ao alcançado em 2011. A possibilidade de escolher entre os ambientes de contratação, tendo em vista a busca pela economicidade com a compra de energia, evidenciou retração de 2,83% no Ambiente Regulado em relação a 2011.

Perdas Regulatórias

De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc D, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,40%. Desse total, 6,35% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,05% às perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2013, as perdas globais representaram 7,08% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,30% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2010) e 0,78% correspondentes às perdas não técnicas.

Preço da Energia

O preço da energia comprada para a revenda representa um dos maiores custos para as Centrais Elétricas de Santa Catarina, através da subsidiária integral de distribuição. Em 2013, o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas ensejou o acionamento das térmicas tendo como consequência o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e o custo com a compra de energia como um todo, considerando a composição de térmicas em nosso portfólio de contratos de energia.

A Portaria Interministerial nº 25, de 24 de Janeiro de 2001, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação dos Itens da Parcela A – CVA como a conta contábil destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre os reajustes tarifários. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da CVA, no entanto, a apuração continua sendo realizada para atender às exigências da ANEEL.

Desse modo, mesmo que parte dos prejuízos incorridos serão compensados pela tarifa na próxima revisão, logo, a despeito do resultado contábil, o preço da energia comprada deve ter efeito econômico neutro, embora exija, como de fato exigiu em 2013, excessivos recursos de caixa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, a Centrais Elétricas de Santa Catarina é basicamente afetada pela conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos, ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da "Parcela A", ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial apresenta alta volatilidade e, sem dúvida, representa um termômetro para avaliar retração/expansão econômica nacional e mundial.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, agroindustrial, alimentício, metal-mecânico e cerâmico.

Efeitos localizados na Companhia

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulante, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

Efeitos da taxa de juros

Em conformidade com a Lei no 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

Haja vista, o fechamento da taxa de juros Selic em 9,9% e a previsão média por parte dos especialistas da Selic em 10,91% no final de 2014 e 11,8% para 2015. Tal cenário terá impactos sobre os encargos do serviço da dívida das Debêntures emitida em maio de 2013.

Efeitos da taxa de câmbio

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Apesar disso, o preço do dólar pode impactar, entretanto, o preço da energia comprada, visto que a energia de Itaipu é referenciada em dólar e participa em média com 16,7% do mix da Celesc Distribuição e 30% da energia total (MWh) comprada.

A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinenses, como a exemplo de 2011, quando desfavoreceu alguns setores como o setor têxtil. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

Efeitos da inflação

Em síntese, a política do governo federal em 2013 foi de suspender a liberação de reajustes dos preços administrados e cortar impostos para controlar a inflação. Por conseguinte, o setor elétrico é afetado negativamente, pois necessita de dispor mais recursos financeiros para antecipar eventuais situações não recorrentes, característicos do setor elétrico.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, com a aquisição da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total.

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

Celelesc Geração S.A.

Além de investir na ampliação e repotenciação das usinas que compõem seu parque gerador, a subsidiária de geração está investindo na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novas usinas e na diversificação da matriz energética do Estado.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Empresa passou a investir na repotenciação das usinas existentes e na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, incluindo a diversificação da matriz energética. No mês de outubro/2012 foi divulgada a Chamada Pública 001/2012 em substituição à Chamada Pública 001/2008. Esta nova chamada tornou pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento, que estejam alinhadas a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.

A empresa já participa de Sociedades de Propósito Específico – SPEs que viabilizam novos empreendimentos onde a Celesc Geração detém participação minoritária. A tabela abaixo apresenta as principais características desses empreendimentos e respectivos estágios:

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

USINAS	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	9,60	6,40	32,5%	3,12	2,08	Março/2014	Previsão para Março/2014
PCH Painei	São Joaquim/SC	9,20	5,52	32,5%	2,99	1,79	2016	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	10,00	6,00	30,0%	3,00	1,80	2016	Revisão de Projeto
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	6,08	3,74	40,0%	2,43	1,50	2015	Início obras janeiro/2014
PCH Prata	Bandeirante/SC	3,00	1,68	25,0%	0,75	0,42		
PCH Belmonte	Belmonte/SC	3,60	1,84	25,0%	0,75	0,46		
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	3,00	1,76	25,0%	0,90	0,44		
Total - MW		44,48	26,94		13,94	8,49		

c. eventos ou operações não usuais

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Os seguintes pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicados a partir de 01 de janeiro de 2013 afetaram as atividades do Grupo em 2013:

- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Tem como objetivo ordenar a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. Tem foco nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (*joint operations*) e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não é mais permitida e em 2013 o Grupo deixou de consolidar proporcionalmente esses investimentos.

Controladas em Conjunto:

Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS
 Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE
 Campo Belo Energética S.A. (Campo Belo)
 Painei Energética S.A. (Painei)
 Rondinha Energética S.A. (Rondinha)
 Companhia Energética Rio das Flores (Rio das Flores)
 Xavantina Energética (Xavantina)
 Bandeirante Energética (Bandeirante)

- CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do Resultado Abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 2.2.3.
- (CPC 36 (R3))/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, estabelece princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. Baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. Os impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras estão divulgados na Nota 2.2.3.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A aplicação destas novas normas alterou os saldos do Balanço Patrimonial consolidado do Grupo, dos exercícios findos em 2011 e 2012. Alterou também os saldos das Demonstrações de Resultado, Fluxo de Caixa e Valor Adicionado consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que serviram de base para comparação com os mesmos demonstrativos que são apresentados em 31 de dezembro de 2013. Os efeitos destas alterações estão apresentados no item "b" efeitos significativos das alterações em práticas contábeis descritos a seguir.

Os Diretores informam que as normas abaixo foram alteradas, mas não impactaram significativamente na apresentação, posição financeira ou performance do Grupo.

- CPC 40(R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.
- CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Segue a seguir a apresentação dos efeitos das alterações nas práticas contábeis adotadas pelo Grupo para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 01 de janeiro de 2012

(valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			
	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	442.495	-	(13.741)	428.754
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	-	-	15.062
Contas a Receber de Clientes	858.809	-	(8.509)	850.300
Estoques	20.510	-	(1.203)	19.307
Tributos a Recuperar ou Compensar	73.337	-	(899)	72.438
Dividendos a Receber	2.215	-	1.864	4.079
Ativo Indenizatório (Concessão)	20.303	-	(20.303)	-
Outras Contas a Receber	39.460	-	(1.938)	37.522
	1.472.191	-	(44.729)	1.427.462
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	133.013	-	-	133.013
Contas a Receber de Clientes	121.430	-	(54)	121.376
Outros Créditos com Partes Relacionadas	64.888	-	-	64.888
Tributos Diferidos	342.560	(56.439)	(463)	285.658
Tributos a Recuperar ou Compensar	13.697	-	-	13.697
Depósitos Judiciais	147.178	-	(222)	146.956
Ativo Indenizatório (Concessão)	1.987.103	-	(43.163)	1.943.940
Outras Contas a Receber	4.838	-	(3.408)	1.430
Investimentos em Controladas e Coligadas	25.844	-	129.150	154.994
Intangível	616.381	-	(81.494)	534.887
Imobilizado	370.105	-	(18.277)	351.828
	3.827.037	(56.439)	(17.931)	3.752.667
Ativo Total	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

	Consolidado			
Passivo e Patrimônio Líquido	01/01/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	01/01/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	433.503	-	(18.980)	414.523
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	241.298	-	(6.136)	235.162
Salários e Encargos Sociais	120.632	-	(1.257)	119.375
Tributos e Contribuições Sociais	129.800	-	(6.585)	123.215
Dividendos Propostos	72.048	-	-	72.048
Taxas Regulamentares	174.941	-	(684)	174.257
Outros Passivos de Partes Relacionadas	18.113	-	-	18.113
Passivo Atuarial	115.908	-	-	115.908
Outros Passivos	19.177	-	(239)	18.938
	1.325.420	-	(33.881)	1.291.539
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	129.800	-	(21.870)	107.930
Tributos e Contribuições Sociais	1.207	-	-	1.207
Tributos Diferidos	78.140	-	(5.751)	72.389
Taxas Regulamentares	147.841	-	-	147.841
Provisões para Contingências	489.207	-	(345)	488.862
Passivo Atuarial	949.795	(165.998)	-	783.797
Outros Passivos	3.287	-	(813)	2.474
	1.799.277	(165.998)	(28.779)	1.604.500
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	1.001.394	-	-	1.001.394
Ajuste de Avaliação Patrimonial	139.736	109.559	-	249.295
Dividendos Adicionais a Distribuir	15.385	-	-	15.385
	2.174.531	109.559	-	2.284.090
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.299.228	(56.439)	(62.660)	5.180.129

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012

(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
Ativo	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Caixa e Equivalente de Caixa	199.865	-	(27.125)	172.740
Títulos e Valores Mobiliários	16.343	-	-	16.343
Contas a Receber de Clientes	999.436	-	(9.072)	990.364
Estoques	15.993	-	(1.234)	14.759
Tributos a Recuperar ou Compensar	92.432	-	(339)	92.093
Dividendos a Receber	77	-	960	1.037
Ativo Indenizatório (Concessão)	22.147	-	(22.147)	-
Outras Contas a Receber	28.180	-	(3.479)	24.701
	1.374.473	-	(62.436)	1.312.037
Não Circulante				
Títulos e Valores Mobiliários	55.198	-	-	55.198
Contas a Receber de Clientes	102.764	-	(2.322)	100.442
Outros Créditos com Partes Relacionadas	36.472	-	-	36.472
Tributos Diferidos	431.130	63.594	(549)	494.175

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Tributos a Recuperar ou Compensar	14.060	-	-	14.060
Depósitos Judiciais	139.910	-	(287)	139.623
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.435.306	-	(44.632)	2.390.674
Outras Contas a Receber	7.114	-	(5.091)	2.023
Investimentos em Controladas e Coligadas	32.535	-	135.527	168.062
Intangível	467.092	-	(91.895)	375.197
Imobilizado	273.194	-	(17.901)	255.293
	3.994.775	63.594	(27.150)	4.031.219
Ativo Total	5.369.248	63.594	(89.586)	5.343.256

	Consolidado			
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Circulante				
Fornecedores	721.331	-	(18.050)	703.281
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	88.165	-	(7.101)	81.064
Salários e Encargos Sociais	116.471	-	(1.044)	115.427
Tributos e Contribuições Sociais	95.441	-	(5.716)	89.725
Dividendos Propostos	580	-	(154)	426
Taxas Regulamentares	123.700	-	(809)	122.891
Outros Passivos de Partes Relacionadas	14.538	-	-	14.538
Passivo Atuarial	130.960	-	-	130.960
Outros Passivos	48.823	68	(1.505)	47.386
	1.340.009	68	(34.379)	1.305.698
Não Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	300.654	-	(43.608)	257.046
Salários e Encargos Sociais	41	-	-	41
Tributos Diferidos	38.239	-	(9.835)	28.404
Taxas Regulamentares	189.184	-	-	189.184
Provisões para Contingências	426.645	-	-	426.645
Passivo Atuarial	1.169.457	186.973	-	1.356.430
Outros Passivos	4.239	-	(1.764)	2.475
	2.128.459	186.973	(55.207)	2.260.225
Patrimônio Líquido				
Capital Social	1.017.700	-	-	1.017.700
Reservas de Capital	316	-	-	316
Reservas de Lucros	745.892	2.641	-	748.533
Ajuste de Avaliação Patrimonial	136.872	(126.088)	-	10.784
	1.900.780	(123.447)	-	1.777.333
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.369.248	63.594	(89.586)	5.343.256

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado			
	31/12/2012	Ajustes CPC 33	Ajustes CPC 18 e CPC 19	31/12/2012 Ajustado
Receita	4.545.214	-	(130.235)	4.414.979
Receita de Venda de Bens e Serviços	4.200.847	-	(123.925)	4.076.922
Receita de Construção	344.367	-	(6.310)	338.057
Custos	(4.101.209)	-	98.572	(4.002.637)
Custo das Vendas e Serviços	(3.756.842)	-	92.262	(3.664.580)
Custo de Construção	(344.367)	-	6.310	(338.057)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Lucro Bruto	444.005	-	(31.663)	412.342
Despesa com Vendas	(216.714)	-	1.157	(215.557)
Despesas Gerais e Administrativas	(613.053)	4.002	7.119	(601.932)
Outras Despesas Operacionais	(121.597)	-	325	(121.272)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.149	-	13.473	21.622
Resultado Operacional	(499.210)	4.002	(9.589)	(504.797)
Receitas Financeiras	280.089	-	475	280.564
Despesas Financeiras	(151.687)	-	1.343	(150.344)
Resultado Financeiro	128.402	-	1.818	130.220
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(370.808)	4.002 -	(7.771)	(374.577)
Corrente	(18.890)	-	6.569	(12.321)
Diferido	131.332	(1.361)	1.202	131.173
Prejuízo do Exercício	(258.366)	2.641	-	(255.725)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	31/12/2012 Ajustado
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	160.412	19.085	179.497
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	(340.107)	(33.772)	(373.879)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	(62.935)	1.303	(61.632)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(242.630)	(13.384)	(256.014)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	442.495	(13.741)	428.754
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	199.865	(27.125)	172.740
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(242.630)	(13.384)	(256.014)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2012
(valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes CPC 18, CPC 19 e CPC 33	31/12/2012 Ajustado
Receitas			
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	6.726.057	(152.579)	6.573.478
Receita de Construção	344.367	(6.310)	338.057
Perdas Recuperáveis com Clientes - (Reversão/Constituição)	(93.058)	(4.621)	(97.679)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos Serviços Prestados	(3.291.456)	71.642	(3.219.814)
Custo de Construção	(344.367)	6.310	(338.057)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(322.587)	237.839	(84.748)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Outros	(77.815)	(123.840)	(201.655)
Valor Adicionado Bruto	2.941.141	28.441	2.969.582
Depreciação, Amortização e Exaustão	(165.894)	5.962	(159.932)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.775.247	34.403	2.809.650
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.149	13.473	21.622
Receitas Financeiras	280.089	475	280.564
Valor Adicionado Total a Distribuir	3.063.485	48.351	3.111.836
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e Encargos	(728.847)	(156.607)	(885.454)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.519.132)	117.130	(2.402.002)
Remuneração de Capitais de Terceiros	(73.872)	(6.233)	(80.105)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	258.366	(2.641)	255.725
	(3.063.485)	(48.351)	(3.111.836)

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do Resultado Abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

Descrição da Conta	31/12/2012	Ajustes CPC 33	31/12/2012 Ajustado
Lucro Líquido Consolidado do Período	(258.366)	2.641	(255.725)
Outros Resultados Abrangentes	-	(235.647)	(235.647)
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-	(235.647)	(235.647)
Resultado Abrangente Consolidado do Período	-		(491.372)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(258.366)	(233.006)	(491.372)

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Parecer emitido pelos Auditores Independentes não contém ressalvas, somente menciona ênfases, conforme abaixo:

Ênfases

A Administração do Grupo afirma que não há ressalvas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras de 2013:

Reapresentação dos valores correspondentes: Conforme mencionado na nota explicativa 2.2.3 das Demonstrações Financeiras, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1º de janeiro de 2013 do CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) e os valores

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

correspondentes relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Em relação à ênfase apresentada por nossos auditores independentes, a Administração do Grupo entende que a mesma é um destaque sobre os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 referente às alterações nas políticas contábeis em função das alterações no CPC 33 (R1) e IAS 19 – Benefícios Empregados e do CPC 19 (R2) e IFRS 11 - Negócios em Conjunto. Entendemos que a divulgação efetuada nas notas explicativas 2.2.3 de nossa demonstração financeira é suficiente para o entendimento das mesmas. Tal ênfase não requer outros ajustes além dos já efetuados para a correta comparabilidade entre os exercícios.

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.b, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Referente à ênfase sobre as diferenças de práticas contábeis adotada no Brasil e no IFRS, os a Administração da Companhia afirma que a sua apresentação é decorrente do atendimento da legislação societária brasileira, sem afetar o entendimento por parte dos leitores da demonstração financeira.

Em relação à ênfase sobre a apresentação das demonstrações do valor adicionado (DVA), a Administração do Grupo afirma que a sua apresentação é decorrente do atendimento da legislação societária brasileira. Estas demonstrações foram examinadas pelos auditores independentes e estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas

Os Diretores do Grupo afirmam que as principais políticas e estimativas contábeis adotadas pelo Grupo estão divulgadas na Nota Explicativa 3 de suas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que, segundo os Diretores do Grupo, apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. Os diretores do Grupo entendem que os critérios utilizados para mensurar as estimativas contábeis são adequados aos negócios do Grupo.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, tais como taxa de desconto, retorno esperado dos investimentos, crescimento salarial, tábua de mortalidade e reajuste dos benefícios do plano.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Atualmente, o Grupo reavalia suas premissas e suas obrigações através de avaliação atuarial realizada em bases anuais, e quando necessário, em períodos intermediários.

Para determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Anualmente são feitos testes estatísticos a fim de verificar a aderência da tábua de mortalidade adotada frente à experiência recente da população do plano. Aumentos futuros de salários se baseiam nas expectativas do Grupo de aumento real a longo prazo e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. O reajuste dos benefícios do plano se baseia nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

O custo dos benefícios de benefício definido que serão pagos aos futuros aposentados, são calculados quando da Reavaliação Atuarial e determinados pelo Método do Crédito Unitário Projetado.

A partir do 1º trimestre de 2013, a Grupo aplicou o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para o Grupo, a aplicação desta norma requereu a descontinuação do método do corredor e o consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Grupo reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento do Grupo foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro do Grupo.

d) Contingências

Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis (o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos. As provisões são constituídas para cobrir perdas classificadas como prováveis.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação do imobilizado, e outros ativos não financeiros, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa - UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido pelo valor de uso.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria do Grupo.

A obrigação está registrada no passivo, circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros. A despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

Para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Diretoria entende que a Companhia pratica níveis adequados de controles internos de forma a assegurar a confiabilidade dos seus relatórios financeiros e contábeis. Os aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração são imediatamente encaminhados à área responsável que elabora o plano de ação monitorado pelo diretor responsável.

Em matéria de controle interno o grupo dispõe de áreas adequadas com a missão de verificar a eficiência dos processos e a correção das informações, assegurando o cumprimento das normas internas e externas.

As Centrais Elétricas de Santa Catarina tem suas contas auditadas tanto pela auditoria independente, quanto pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, além, naturalmente, pelos competentes órgãos reguladores Federal (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL) e Estadual (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC).

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Diretoria avalia detalhadamente as recomendações elaboradas pelos auditores independentes quando do recebimento do relatório que aborda os controles internos da Companhia, apurando as oportunidades de melhorias nos aspectos do relatório que forem julgados pertinentes pela administração. Cumpre destacar que não existem deficiências relevantes que possam vir a prejudicar a confiabilidade das demonstrações financeiras das Centrais Elétricas de Santa Catarina.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos três exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet itens):

- (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- (iv) contratos de construção não terminada.

Em 2013, a Celesc G conclui a principal obra de expansão de seu parque gerador, a ampliação da Usina Pery, localizada no rio Canoas, no município de Curitibanos. Com a repotenciação, a potência instalada da usina passou de 4,4 MW para 30,0 MW, um marco que simbolizou retomada da Celesc G nos grandes empreendimentos de geração de energia. A obra contou com um novo circuito de geração, com duas unidades geradoras de 12,8 MW cada, com uma nova subestação 13,8/138kV e uma linha de transmissão em 138kV de 19,2 km de extensão, ligando a Usina Pery à Subestação Curitibanos, de propriedade da Celesc Distribuição.

- (v) contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Não existem itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2013.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

A expectativa de aumento da receita com a conclusão e entrada em operação da PCH Pery será de 1,4 milhões mensais.

b) natureza e o propósito da operação;

Geração e Venda de energia elétrica.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

As obrigações oriundas e direitos gerados se equivalem.